



## **Desprezo e apropriação da estética na rotina jornalística <sup>1</sup>**

Rafael Miguel ALONSO Jr.<sup>2</sup>

Tiago Luis PEREIRA<sup>3</sup>

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, Joinville, SC

### **RESUMO**

Este trabalho se propõe a discutir a prática jornalística a partir de dois autores que não falaram sobre jornalismo: Terry Eagleton e Michel Foucault. Porém, apesar de nunca terem se preocupado com os desafios dessa profissão, as reflexões sobre estética e política, de Eagleton, e o conceito de biopoder, desenvolvido por Foucault, mostram-se reveladores quando confrontados com a prática jornalística em si, com sua rotina e atribuições diárias. Tentaremos mostrar que o jornalismo é uma profissão que flerta com o poder instituído com mais assiduidade do que imaginam alguns teóricos da área ou os profissionais mais apaixonados.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; estética; razão; adrenalina.

### **1. Aquilo que se critica**

O jornalismo constitui uma prática cuja origem é indissociável do projeto Iluminista. Sua base se fundamenta no elogio à razão; uma razão que proporciona a afirmação do indivíduo como ser autônomo, capaz de tomar decisões e empunhar as rédeas de sua própria existência. Nesse contexto, o jornalista cumpre o papel de delator da verdade na mediação que exerce entre o poder (ou poderes) instituído e a sociedade. O que é diariamente impresso nas páginas do jornal tem a pretensão de ser um apanhado das coisas mais importantes que interessam ao leitor; a pura informação relevante, aquela que deixe o leitor dia após dia mais próximo da verdade. O teórico Nelson Traquina (2004) afirma que o jornalismo:

É a vida em todas as dimensões, como uma enciclopédia... Um exame da maioria dos livros e manuais sobre jornalismo define as notícias em última análise como tudo o que é importante e/ou interessante. Isto inclui praticamente a vida, o mundo e o *outer limits* (TRAQUINA, 2004, p. 19).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo do Bom Jesus/Ielusc, email: rafael.miguel@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Estudante de Graduação do 8º. semestre do Curso de Jornalismo do Bom Jesus/Ielusc, email: tiagoluispereira@hotmail.com



O surgimento do termo “quarto poder” para designar o trabalho da imprensa, no século XIX, atesta o prestígio de que essa profissão goza em nossa sociedade. Aos membros da imprensa é delegada a função de “sócios na busca da verdade” (KUNCZIK, 2002), se opondo ferrenhamente ao poder instituído. A partir do nascimento do ensino universitário de jornalismo, primeiramente nos Estados Unidos, na década de 60 do século XIX, e depois na França, cada vez mais os estudantes e profissionais se tornam aptos a exercer o papel de relatores do real, de mensageiros da verdade. O reconhecimento acadêmico e a criação de códigos deontológicos e métodos padronizados de apreensão da verdade (como o *lead*, a pirâmide invertida e os critérios de noticiabilidade) estreitam os laços que unem o jornalismo ao projeto Iluminista. A academia prepara os profissionais e concede-lhes a autoridade necessária para que a função exercida por eles seja reconhecida e legitimada tanto pelos seus “pares” quanto pelo corpo social. O jornalismo comprova seu valor pelo nível de aproximação com o real que consegue obter, e as faculdades dão o aporte necessário para que os alunos toquem o real com as luvas da razão e propaguem a mensagem sem ruído para o maior número de pessoas possível.

A mesma racionalização dos métodos de produção de notícia que serviu para fundar o jornalismo como profissão reconhecida se reproduz, tal e qual, na rotina diária do profissional. Munido das prerrogativas que permitem a identificação e o tratamento do que é relevante, o jornalista age como um autômato na busca incessante pela construção da notícia. Uma verdade asséptica, que já fora – ou pelo menos deveria ter sido - submetida aos filtros da objetividade, da clareza, da concisão, da densidade e da correção.

Nesse estado tal de dominação da técnica jornalística por parte do profissional a ponto de torná-lo capaz de tratar o mais marcante acontecimento social (uma guerra, um acidente, a queda de um presidente) como simples matéria-prima para a notícia, o jornalismo revela-se uma prática fundada na relação anestésica entre profissional e seu objeto, entre o repórter e o real. Ao definir a objetividade como um das prerrogativas essenciais do jornalista, Carlos Alberto Nunes (2003), ainda que despreziosamente, aponta para este paradoxo flagrante durante a elaboração da notícia: é preciso que o repórter se doe ao máximo na apuração dos fatos e, ao mesmo tempo, mantenha-se devidamente distante para fazer os julgamentos corretos e as escolhas mais apropriadas em nome da verdade.



O redator de comunicação deverá estar “fora” da notícia; sua linguagem deverá ser exclusivamente referencial, sem emitir juízo de valor e nem induzir o leitor a determinadas interpretações, ou talvez; não induzir premeditadamente o leitor a determinadas interpretações (NUNES, 2003, p. 20).

Para o autor, toda a carga arbitrária, por assim dizer, inerente ao jornalismo já está embutida em outros níveis de decisão, como a eleição das pautas do dia, a distribuição hierárquica das informações na página, a escolha das vozes que formarão o discurso e a angulação que será dada à reportagem. Cabendo, assim, ao menos à linguagem da reportagem guardar uma *respeitosa isenção*. Em outras palavras, tudo o que é alheio à informação pura e simples deve ser desprezado pelo repórter, deve ser filtrado e combatido para que nenhum resquício dessas *imprecisões, redundâncias e ambigüidades*, fruto de um envolvimento excessivo entre o profissional e seu objeto, obscureça o produto final da notícia.

Nessa empreitada de exclusão em prol de uma notícia cristalina e racionalizada na sua essência, na qual o jornalista é convidado a embarcar, sacrificam-se todo o tipo de experiência estética. A técnica está impregnada nas mais diversas ações do jornalista, da fala informal com o entrevistado à despedida cordial — é preciso cultivar as fontes; da frenética anotação no bloquinho à otimização dos caracteres na redação final; da ida comprobatória ao local do acidente (a idéia de testemunha ocular do fato) ao cuidado minucioso ao descrever o estado das vítimas. Assim, para a prática do bom jornalismo, é preciso que profissional abra mão dos seus ímpetos sensoriais imediatos e relegue a segundo plano todo o apelo estético ao qual ele é submetido em sua rotina.

Porém, esse achatamento dos sentidos em nome da realidade aparente — que a teoria do jornalismo preconiza — não deixará de encontrar formas de compensação na própria rotina da profissão. Até porque, por mais pré-programada que seja a prática profissional durante a execução de uma reportagem — ele sabe, desde o início, com quem irá falar e a forma e a quantidade de espaço que terá para contar a história —, a estética, entendida aqui como as aproximações sensoriais de nossa dia-a-dia (longe, por enquanto, da ligação direta com a arte), é inerente à condição humana.

## **2. Da adrenalina em Eagleton**

Apesar de o jornalismo ser legitimado à medida que atua sob o jugo da universalidade da razão e cultiva o desprezo pelas sensações, engana-se quem acha que a estética tem papel secundário na rotina da profissão. Ao contrário, ela exerce função



fundamental no conjunto das ações de uma equipe de redação. Ela se mantém impecável e silenciosa nos bastidores da notícia, fornecendo o combustível invisível sem o qual nem o profissional mais familiarizado com as teorias do jornalismo arriscaria sua vida.

Se atentarmos para as produções jornalísticas cotidianas, em diversas oportunidades encontremos a busca e o culto à adrenalina. Se um casal de classe média organiza um crime brutal dentro de um condomínio de luxo em São Paulo, jogando uma criança do sétimo andar, a postura dos meios de comunicação nas semanas seguintes será a de conseguir entrevistas exclusivas com os atores centrais, ou, na pior das hipóteses, com algum coadjuvante. Entrevistar os dois assassinos representará o auge, o ponto alto da cobertura, mas não porque de fato alguma informação determinante poderá ser obtida na entrevista, e sim pela situação extrema a que o profissional estará submetido. Nesse momento, o repórter-herói estará frente a frente com os monstros, aqueles pelos quais o país inteiro, como se costuma dizer, nutre ódio e repúdio. O repórter fala, interage, questiona e, no limite, toca, sente os criminosos. Evidentemente que o jornalista não está sob ameaça de morte, mas a sombra dela converte-se em glória, afinal, ali, a um metro de distância, pronuncia-se um homem que foi capaz de atirar a própria filha do sétimo andar. O repórter, indo ao encontro dos malfeitores, cumpriu seu papel, mesmo que a entrevista tenha sido perfeitamente inútil para o montante de informações sobre o caso.

Esse ímpeto do jornalista em se submeter a situações extremas e esteticamente envolventes é sintoma da interiorização extrema do poder ao qual ele é submetido. A ordem do jornalismo, sua vocação em dar ordem ao caos social — que agora transfigurou-se numa repetição mecânica dos preceitos jornalísticos — há muito deixou de causar o devido encanto. A rotina enfadonha coage o profissional ao limiar da ruptura. Mas antes disso, o repórter encontra uma nova e fascinante válvula de escape: a estetização do poder.

O inglês Terry Eagleton, em *Ideologia da Estética*, dedica-se ao estudo das diversas relações entre estética e política. Sumariamente, o autor aponta que as formas de poder e hegemonia mais eficazes são aquelas que se infiltram fundo no corpo, nos hábitos mais descompromissados e puramente humanos do cidadão. Ou seja, estetizar o poder se revela uma das maneiras mais bem-sucedidas de manter a hegemonia. Quando a lei, abstrata e coercitiva, converte-se em hábito e adentra sorrateiramente o domínio do corpo e das sensações, ela passa a agir com mais naturalidade e mina as possibilidades de contestação política.



Encontramos a lei, se tivermos sorte, só esporadicamente, como um poder desagradavelmente coercitivo; mas na estética da conduta social, ou “cultura”, como será chamada depois, a lei está sempre conosco, como a estrutura inconsciente de nossa vida (EAGLETON, 1993, p. 37).

Desta forma, a adrenalina do jornalista no fechamento do jornal é o exemplo da corporificação da importância do jornalismo para a sociedade. O alívio de fazer circular o exemplar do dia atesta a internalização da obrigação não mais questionada. A produção de um jornal exige comprometimento e disposição de todos os integrantes da empresa. Por sorte, nem fica a cargo do patrão seduzir seus subordinados diariamente para o cumprimento das mesmas tarefas padronizadas; a própria rotina, com seu repertório vasto de oportunidades de fazer o coração bater mais forte, opera essa sedução. Um acidente de automóvel com vítimas fatais sempre fará o fotógrafo correr ao local; a visão dos corpos ensangüentados compensará a esterilidade da ação de seu instrumento.

Por melhor que seja o salário oferecido (ainda que o piso na maioria dos Estados fixe-se numa miséria) e independentemente da fugidia função social que o jornalismo comporta, ou ainda, da sensação de dever cumprido, há uma recompensa superior em determinadas coberturas. Trata-se de uma espécie de heroicização, um “expor-se ao perigo” que envolve o protagonista da ação e gera uma confortável compensação. E é justamente essa compensação que substitui o arquejante sentido de utilidade pública da imprensa. A exposição ao risco (com seu devido entorpecimento dos sentidos) que confere o valor social ao jornalismo. É disso que os profissionais de imprensa sentem orgulho e é a isso que as pessoas atribuem mérito, bravura e intrepidez.

Na frente para cobrir a guerra no Afeganistão, os jornalistas são chamados a arriscar a sua vida a serviço da missão de nos informar. O perigo que os jornalistas enfrentam, sejam eles ou elas correspondentes de guerra ou no estrangeiro, ou apenas simples repórteres, é real, como nos recorda o número de jornalistas que deram o último sacrifício em nome da profissão (TRAQUINA, 2004, p. 30).

As coberturas de guerra traduzem perfeitamente a idéia do “estar lá”. O jornalista encontra-se a quilômetros da linha de fogo e está totalmente alheio aos jogos de poder, muitas vezes teóricos e de bastidores, componentes de um combate. Mas ele está lá, fala, ao vivo, com os feixes de luz dos mísseis ao fundo. Se ele gravar uma



imagem atrás de uma parede quebrada, onde, a dois quarteirões, fanáticos trocam tiros, e estes possam ser captados pela câmera com clareza, os elogios do editor serão ainda maiores. “Nossa, esse cara louco! Olha onde ele está”, dirá um telespectador mais empolgado.

Porém, a fruição estética que compensa o sentimento de impotência e abnegação inerente à rotina do profissional de imprensa surge não só em casos extremos, onde entram em jogo assassinos, guerrilheiros, mísseis teleguiados e outros perigos. A energia oculta que alimenta o jornalista e lhe dá subsídios para cumprir docilmente as tarefas mais enfadonhas do dia-a-dia da profissão tem que ser homeopaticamente distribuída nessas mesmas tarefas que compõem a rotina.

Tomemos o exemplo do repórter que se prepara para uma passagem ao vivo, para milhões de pessoas, direto do estádio onde, dali a algumas horas, será disputada a final do principal campeonato de futebol do país. A tensão dos segundos que antecedem o momento em que o *cameraman* avisa “estamos no ar” sustenta, como forma impensada e quase irônica, a inconsistência e a total irrelevância daquilo que de fato constitui o conteúdo das informações que o repórter levará ao público. Se, no momento da passagem, o clima é adverso e a chuva ameaça impedir o contato derradeiro entre a população e o portador da imaculada notícia, melhor ainda. Ponto para o repórter, que transpôs barreiras para informar a população. Ao desligar da câmera, um suspiro esvazia o pulmão do ator que empunha o microfone tomado por um real, efetivo e arrebatador sentimento de dever cumprido. Eis, de novo, a fruição estética atuando como fator de naturalização da obrigação, da hegemonia, do poder.

O resultado do processo é uma crença instintiva e retroativa de que a execução impassível da tarefa de informar é, em si, algo socialmente útil. E pobre do iniciante que fraqueja diante da lente e da expectativa do chefe e da população: para empunhar o microfone e levar a notícia ao público, é preciso coragem, intrepidez e agudeza de espírito em quantidade suficiente para conter o ataque dos reflexos sensoriais em nome da notícia.

Dessa forma, o processo apressado, atribulado e caótico da produção da notícia funciona perfeitamente como o anestésico tranquilizante que garante o cumprimento assíduo e irrefletido das tarefas que vem de cima, do alto da hierarquia que tem essa mesma notícia como fonte de lucro. O jornalismo diário mostra-se terreno fértil para a proliferação e internalização dos hábitos que correspondem esteticamente a essa Lei superior, assim como, no plano coletivo, segundo Eagleton:



O conjunto da vida social é estetizado, e isso significa uma ordem social tão espontaneamente coesiva que seus membros não necessitam mais pensar sobre ela (EAGLETON, 1993, p. 33).

### **3. Da adrenalina em Foucault**

Especialmente a partir do século XVIII, com a explosão da Revolução Industrial, o Estado passou a desenvolver uma série de ações que visava o controle do corpo dos trabalhadores. A maior produtividade possível deveria ser alcançada dentro do menor tempo possível. Trata-se de estratégias individualizantes que aumentam a utilidade do corpo, no momento em que dão vazão às suas habilidades práticas de trabalho, e que ao mesmo tempo são cerceadoras, pois minam as possibilidades de resposta política. Durante este período, no entanto, o proletário foi tratado de maneira unitária, como um grande corpo que deveria funcionar de maneira uniforme e pronto para responder aos chamados instantaneamente.

Mas essa forma genérica de tratamento não será suficiente. Uma interferência ainda maior nas relações de tempo e espaço entrará em vigor. Para se obter o máximo de desempenho de cada sujeito, será preciso adaptar o funcionamento dos aparelhos de poder segundo as especificidades de cada indivíduo. As características orgânicas, muito mais do que simplesmente as físicas, receberão atenção especial. “O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo” (FOUCAULT, 1987, p. 132).

O desenvolvimento das disciplinas, tais como o exército e o modo tradicional de ensino nas escolas, são os exemplos mais marcantes. Desde a descoberta do fuzil, datada da metade do século XVIII, o exército deixou de ser uma massa conjunta de homens que partiam para a guerra desordenadamente. Cada soldado, empunhando seu fuzil, deve estar localizado na posição mais apropriada de ataque, pois, assim como pode matar o inimigo mais facilmente, também pode ser morto sem tanto trabalho. A mesma receita se repetirá na escola, com os alunos perfilados em cadeiras e avaliados segundo métodos individuais. E o jornalismo não escapará a este processo disciplinador. Nas redações, cada um terá sua mesa, seu computador, seu espaço privativo de trabalho que garanta sua produtividade. A prática diária de produção de uma reportagem também terá sua dinâmica explicitada nos manuais da teoria do jornalismo: como abordar as



pessoas, quais as perguntas mais adequadas, quantas fontes entrevistar, quais palavras, expressões e opiniões devem ser excluídas e qual o tamanho exato que cada texto deve ocupar numa página de jornal.

Este processo se desenvolverá em outros campos, como o da medicina, por exemplo, especialmente após a criação dos hospitais. Os doentes serão isolados conforme sua enfermidade e receberão o devido tratamento. O que atribui ineditismo a estas disciplinas, segundo Foucault (1999), é que essas instituições em pleno crescimento a partir do século XVIII não se limitam a isolar indivíduos, controlá-los e submetê-los aos mais diversos propósitos. Essas instituições irão se notabilizar através da construção de conhecimento. O exército desenvolverá técnicas precisas de destruição, a medicina, apoiando-se nas estatísticas, apontará o jeito saudável de levar a vida, a escola expandirá métodos específicos de aprendizado e, dentro desta proposta de raciocínio, o jornalismo produzirá informação.

E neste segundo momento, no de um controle massificante, que se aproveita das semelhanças da população para contextualizar o todo, é que irá se constituir o biopoder. A fecundidade, as taxas de natalidade e mortalidade e a expectativa de vida passarão a ser questões de Estado e alvo de estudo por parte desta biopolítica. Passa-se, portanto, de uma abordagem individual à coletiva e da coletiva à individual, numa dinâmica que controla o particular através da multiplicidade.

Foucault (1999) explica que a biopolítica transforma a relação antiga de morte. Antes, era um rei, um soberano, que deixava viver e fazia morrer. Cabia a ele o direito de decidir sobre a vida e morte de seus súditos. Nas circunstâncias do biopoder, trata-se do contrário, deixar morrer e fazer viver. É o que o próprio autor chamará, em outro texto (FOUCAULT, 1988), de mudança, em nossa sociedade, da simbólica do sangue para uma analítica do sexo.

Tenta-se, através das possibilidades (ou “dispositivos”, nas palavras do autor) do biopoder, transcender a existência. No entanto, Foucault deixa claro que a morte extrapola os limites do biopoder. Ou seja, este até tenta evitá-la, mas a sua sombra não desaparece.

Enquanto, no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto poder do soberano, agora a morte vai ser, ao





contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e se em si mesmo, de certo modo, em sua parte mais privada (FOUCAULT, 1999, p. 295 - 296).

Portanto, o mesmo jornalismo disciplinado, metódico e repetitivo vê nas possibilidades de exposição ao risco a chance de fugir a esse padrão. E estas situações de perigo que o repórter participa, onde geralmente aparecem paisagens gigantes ao fundo, animais selvagens ou o som natural do ambiente vão atribuir um caráter de realidade ainda maior. O fazer jornalístico, atividade caracterizada pela repetição, pelo método e pela colocação do mesmo produto diariamente nas ruas, busca em momentos extremos, através de uma aproximação com a sensação de morte, o combustível suficiente para abastecer as suas energias. Ao mesmo tempo, tais práticas permanecem enraizadas no pensamento racional, já que são apropriadas para virar informação útil às pessoas e ampliar a autoridade com o aumento da carga de real. Se a morte extrapola os limites do poder, ou seja, gera um encontro forçado do sujeito com sua subjetividade esquecida, a sensação de risco concede ao repórter o caráter pessoal de sua prática. É em momentos de algum perigo, de aproximação com a sensação de morte, que o jornalista se desvincula, ao menos por alguns instantes, da origem racional de sua formação.

Com isso, a idéia conspiratória de que o jornalista reproduza diariamente um modo de produção em função de receber ordens despóticas de um chefe pode ser descartada. Ou que ele se alinhe a determinada forma de comportamento apenas porque a linha editorial de seu veículo de comunicação assim o exija. É claro que imposições hierárquicas contribuem para o adestramento e manutenção dos profissionais dentro desta rotina de produção. Porém, Foucault, em *Vigiar e Punir*, ao analisar como as estratégias disciplinadoras estabeleceram-se na sociedade, apresenta outras motivações oferecidas pelos dispositivos da repetição, e que vão além das determinações do poder institucional. Ele deixa claro que a postura e o jeito de encarar o mundo são permeados por uma série de micro-fatores, muitos deles tão sutis que parecem inofensivos. Logo, nenhum profissional de imprensa resistiria por muito tempo dentro de uma empresa se o único impulso motivador fosse as ameaças de um editor ou um salário alto. Na linha de Eagleton, Foucault comenta que a eficiência do poder está diretamente ligada ao aumento de sua abstração. Quanto mais a disciplina incitar à produtividade e ao reconhecimento do indivíduo por aquilo que ele próprio conquistou, maior será o



potencial de domesticação deste aparelho disciplinador. Se aplicarmos a mesma lógica ao modo de funcionamento do jornalismo, fica mais claro perceber a importância da sensação de perigo a qual o repórter é exposto no momento de mantê-lo preso ao modo de produção estabelecido pelo jornalismo desde as suas origens iluministas.

Em uma palavra, as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a relação de uma para com a outra torna-se favorável (FOUCAULT, 1997, p. 181).

E essa tendência do se lançar ao risco não escapa aos grandes textos jornalísticos, até mesmo aqueles que ficaram marcados como narrativas clássicas por tamanha qualidade literária. Tomemos a descrição do jornalista José Hamilton Ribeiro da situação em que tem a perna decepada quando cobria a Guerra do Vietnã. Longe de desqualificarmos a capacidade de construção textual de Ribeiro, é possível perceber uma certa necessidade de detalhar o modo como perdeu a perna. Os entusiastas do jornalismo literário dirão que “é possível sentir a dor de Hamilton ao ler o texto”. O simples fato de ter perdido um membro do corpo atribui valor à passagem do profissional pelo Oriente Médio.

O extremismo do exemplo de José Hamilton permite reflexões de fundo sobre a relação do jornalista com a estética. Esta, para o repórter, surge como uma disciplina inferior a ser controlada pelo vasto domínio da razão. É a estética assim como foi inicialmente imaginada pelo alemão Alexandre Baumgarten (1993), em meados do século XVIII. O autor reconhece o fascínio das sensações, dos instintos, mas deixa claro que eles devem respeitar limites estabelecidos. O pensamento belo, aquele que nos possibilita externar o talento concedido por Deus, não comporta o estético, ou, no máximo, minimiza-o.

E aqui está a contradição do fazer jornalístico corriqueiro. A exposição ao risco, a apuração das informações e o contato investigativo com pessoas perigosas faz o jornalista experimentar esteticamente os acontecimentos, o que conseqüentemente proporciona uma sensação de adrenalina que lhe massageia o ego. Por outro lado, o profissional não deve tolerar a interferência desta recompensa reconfortante durante a



sua produção ou no momento caracterizado como mediação entre aquilo que de fato aconteceu e a sociedade. O relato deve ser frio, objetivo e direto.

O real produto do jornalismo, ou seja, aquilo que ele vende à sociedade e que esta compra e aceita como valor social, é a estética pobre do sentir na pele. Para isto, no entanto, o jornalismo se apropria de mecanismos estritamente racionais, apoiados e reforçados pelas teorias da área. Ao mesmo tempo, a prática jornalística mata a estética a partir do momento em que acredita ser capaz de transmitir, através de uma objetividade racional e limitada pela linguagem, a completude dos acontecimentos mundanos.

## REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, Alexandre Gottlieb. **Estética: a lógica da arte e do poema**. Petropolis: Vozes, 1993.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

KUNCZIK, Michael. Jornalismo e sociedade. In: KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul – manual de comunicação**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 71 – 95.

NUNES, Carlos Alberto. Características da linguagem da notícia. In: NUNES, Carlos Alberto **Notícia e linguagem**. Canoas: Ulbra, 2003, p. 15 – 30.

TRAQUINA, Nelson. O que é o jornalismo; O jornalismo enquanto profissão; O jornalismo: ser ou não ser profissão. In: TRAQUINA, Nelson **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 19 – 31; 75 – 89; 91 – 123.